

**Dossiê**

# Educação contemporânea em foco:

diálogos a partir de múltiplas perspectivas



**Alberto Lopo Montalvão Neto**

**José Gomes da Silva Filho**

**Gustavo Gomes Siqueira da Rocha**

**Organizadores**

 EDITORA  
PEIXE AZUL

## **Organizadores**

Alberto Lopo Montalvão Neto  
José Gomes da Silva Filho  
Gustavo Gomes Siqueira da Rocha

# **Educação contemporânea em foco: diálogos a partir de múltiplas perspectivas**



**1º EDIÇÃO**  
**JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE - BRASIL**  
**2021**



© 2021, Editora Peixe Azul

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Editoração, Diagramação e Capa: Isaac Ferreira Cavalcante

Parecer ad hoc: Comitê Editorial

Revisão: Autores e Organizadores

Design Logo Peixe Azul: Claudia Pamela Herrera Pizarro

ISBN 978-65-994958-0-9

DOI: [10.5281/zenodo.5033739](https://doi.org/10.5281/zenodo.5033739)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Dossiê [livro eletrônico] : educação contemporânea em foco : diálogos a partir de múltiplas perspectivas / organizadores Alberto Lopo Montalvão Neto, José Gomes da Silva Filho, Gustavo Gomes Siqueira da Rocha. -- 1. ed. --  
Jaboatão dos Guararapes, PE : Editora Peixe Azul, 2021.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-994958-0-9

1. Ação afirmativa - Programas - Brasil
2. Aprendizagem 3. Educação 4. Educação infantil
5. Educação superior 6. Ensino 7. Inclusão escolar
8. Políticas educacionais 9. Prática de ensino
10. Relações étnico-raciais 11. TEA (Transtorno do Espectro Autista) I. Montalvão Neto, Alberto Lopo. II. Silva Filho, José Gomes da. III. Rocha, Gustavo Gomes Siqueira da.

21-65700

CDD-370

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Educação contemporânea 370

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

**Observação:** Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo ABNT, adequação técnica e linguística.

# EDITORA PEIXE AZUL

Editor Chefe  
Prof. Me. Isaac Ferreira Cavalcante

## Conselho Editorial

Drº. Adilson Tadeu Basquerote Silva  
Universidade de Lisboa, Portugal

Ma. Bruna Karine Nelson Mesquita  
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Dra. (c) Cristiane Lourenço Teixeira Meireles  
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Drº. (c) Francisco Anderson Carvalho de Lima  
Universidade Federal do Ceara (Brasil)

Me. (c) Gênesis Guimarães Soares  
Universidade Estadual da Bahia, Brasil

Me. Isaac Ferreira Cavalcante  
Universidade Federal do Piauí, Brasil  
Universidad Internacional de Andalucía, Espanha

Dra. (c) Jacinta Francisco Dias  
Universidade Federal da Bahia, Brasil  
Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique

Drº. (c) Lucas Loureiro Leite  
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Drº. (c) Marcelo Pereira Souza  
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Drº. (c) Pedro Panhoca da Silva  
Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil

Dra. Rosa Maria Rigo  
Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul, Brasil  
Universidade Aberta, Portugal

Me. Mailson Rodrigues Oliveira  
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Dra. Rafaela Araújo Jordão Rigaud Peixoto  
Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro, Brasil  
Hampton University, na Virgínia, Estados Unidos

Ma. (c) Vladia Luna Torres Herrera  
Universidade Federal da Bahia, Brasil  
Universidad Academia de Humanismo Cristiano, Chile

Ma. (c) Katherin Yurema Mamani Contreras  
Universidad Nacional Micaela Bastidas de Apurímac, Perú  
Associação Latinoamericana de Ciência Política, ALACIP/JOVEN

Drº. (c) Rodrigo Fernando Gallo  
Universidade Federal do ABC, Brasil

Dr. Raimundo Batista dos Santos Júnior  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP  
Universidade Federal do Piauí, Brasil



## **Aos leitores**

A Editora Peixe Azul, tem a felicidade de trazer à comunidade acadêmica e ao público em geral a nossa primeira experiência de publicação de um dossiê acadêmico.

O Dossiê "Educação contemporânea em foco: diálogos a partir de múltiplas perspectivas", contou com a contribuição de 10 investigadoras e 6 investigadores, com nível de formação de graduação até o pós-doutorado. Entre as instituições de ensino de maior formação dos autores de artigos estão: UFPI, UNICAMP, UNESA, UFJF, UFF, UESPI, IFF/FIOCRUZ, UFSCar, UFFS, PUC/SP, UFES. Estes cientistas atuam em dezenas de Universidades brasileiras públicas e/ou privadas e em diversos grupos de pesquisas, programas de graduação e pós-graduação. Esse quadro reflete o desejo que temos de criar um espaço para a participação na criação, avaliação e difusão das investigações e experiências científicas.

Esta tem sido uma rica experiência que agradecemos aos integrantes de nosso Comitê Editorial, que dedicaram parte de seu precioso tempo para realizar as avaliações e observações sobre os artigos enviados para este Dossiê.

Também ficamos muito agradecidos à equipe de organizadores deste Dossiê, que gentilmente compartilhou ideias e avaliações que contribuíram na sua produção.

Por fim, esperamos que a Editora Peixe Azul possa servir para que a comunidade científica possa ter acesso às pesquisas e pesquisadores aqui publicados, e deixamos o convite para cada leitor possa fazer parte da iniciativa.

**Editor Chefe**





# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS E POLÍTICAS NO SÉCULO XXI: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA .....	15
Alberto Lopo Montalvão Neto José Gomes da Silva Filho Gustavo Gomes Siqueira da Rocha	
CONFLITOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. UMA REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS NO CONTEXTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS .....	36
Marcelo Barbosa Santos	
COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA .....	58
Joane Lopes Ribeiro Ana Valéria Marques Fortes Lustosa	
A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	77
Jesica Luzia de Oliveira Silva Wanderson William Fidalgo de Sousa Francelina Ferreira do Nascimento karine JulianaAlves dos Santos	
ESTRUTURAS OPRESSORAS PATRIARCAIS E O AMBIENTE ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE MENINAS E MENINOS .....	94
Francisca Kananda Lustosa dos Santos Elaine Ferreira do Nascimento	
INCLUSÃO ESCOLAR: INTERAÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA DOCÊNCIA COMPARTILHADA ENTRE PROFESSOR REGENTE E SEGUNDO PROFESSOR .....	111
Natália Silveira Lima Lísia Regina Ferreira	
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA EMPREENDEDORA .....	128
Marcos Sales Bezerra Marilene Aparecida Pereira	

## **APRESENTAÇÃO**

O dossiê temático “Educação contemporânea em foco: diálogos a partir de múltiplas perspectivas” tem como intuito dar visibilidade a trabalhos acadêmicos, de distintas concepções teóricas e metodológicas, elaboradas por pesquisadores e/ou docentes dos mais diferentes níveis de educação.

Na presente obra congregamos um total de 7 pesquisas, empíricas e/ou teóricas, que refletem acerca de distintas questões contemporâneas relativas ao ensino brasileiro. A seleção desses trabalhos visa abrir margens para um (re)pensar a educação, a partir de distintas vertentes, perspectivas e áreas do conhecimento. Isso porque reconhecemos que, ao longo das últimas décadas, diversos são os desafios educacionais que permeiam o cenário nacional, e que envolvem desde algumas instâncias pontualmente localizadas, tal como os processos imediatos de ensino-aprendizagem, até as políticas públicas concernentes aos mais diversos setores educacionais. Nesse aspecto, observamos que, nos últimos anos, há também uma série de mudanças curriculares, além da eminência de diferentes ações educacionais, em micro e macro escalas, de ordem política, curricular e/ou social.

A respeito dos textos que compõe este e-book, num primeiro capítulo, intitulado “Implicações Históricas e Políticas no Século XXI: algumas reflexões sobre a educação contemporânea”, introduzimos alguns dos intuítos que pautam a idealização da obra. Assim, como organizadores desta, apresentamos alguns aspectos gerais sobre a educação nacional. Para isso, percorremos diferentes aspectos políticos, curriculares e históricos brasileiros, que abrangem diferentes cenários de (des)continuidades e que se referem a um período temporal que vai desde a década de 1990 até os dias atuais. Desse modo, remontamos alguns dos principais acontecimentos que influenciaram, direta ou indiretamente, as questões educacionais que atualmente ganham destaque no país.

No segundo capítulo temos o texto intitulado “Conflitos na Universidade Federal Fluminense: Uma Reflexão Sobre as Relações Raciais no Contexto das Ações Afirmativas”. De cunho sociológico, neste estudo os autores refletem sobre alguns dos principais conflitos relacionados ao contexto de implementação de ações afirmativas, relativas às questões étnico-raciais, na Universidade Federal Fluminense (UFF), e que ocorrem no período de 2017 a 2019. Estudando questões identitárias da comunidade acadêmica da UFF a partir da visão de diferentes sujeitos, os autores apontam para a necessidade de ações institucionais mais efetivas no enfrentamento ao racismo e que garantam a equidade social.

No terceiro capítulo, intitulado “Comunicação Aumentativa e Alternativa e o Transtorno do Espectro Autista: uma revisão sistemática, as autoras ao acessarem a

literatura entre os anos de 2008 a 2019”, os autores trazem como destaque a Comunicação Aumentativa e Alternativa. A respeito desta, é dito que se trata de um eficaz recurso, a fim de amenizar a dificuldade internacional das pessoas com autismo, notadamente no âmbito educacional. No entanto, como resultado, os autores sugerem que se faz necessário que haja uma maior investigação científica acerca da implantação desse recurso na educação de sujeitos com autismo.

No quarto capítulo, intitulado “A Importância da Afetividade no Processo de Ensino-Aprendizagem na Educação Infantil”, os autores refletem sobre a importância da afetividade na prática docente, bem como a respeito de suas possíveis contribuições no processo de ensino-aprendizagem no âmbito da educação infantil. Assim, a partir de uma pesquisa bibliográfica, os autores observam como um processo de ensino-aprendizagem pautado em pressupostos afetivos se mostra como algo potente, humano, transformador e significativo, levando ao desenvolvimento social, cultural, pessoal e cognitivo da criança.

Já no quinto capítulo, denominado “Estruturas Opressoras Patriarcais e o Ambiente Escolar na Educação de Meninas e Meninos”, é tecida uma reflexão em torno do machismo no espaço escolar. Em meio a essas reflexões, aponta-se que, por ser a escola propagadora da cultura e dos princípios socialmente aceitáveis, este espaço também se encontra aberto a reforçar uma cultura machista, a qual promove uma relação vertical entre homens e mulheres. Diante disso, o texto convoca o leitor para a necessidade de se refletir acerca desse assunto, que se revela amplo e pertinente diante do atual cenário sociopolítico.

No sexto capítulo, intitulado “Inclusão Escolar: Interações e Práticas Pedagógicas na Docência Compartilhada Entre Professor Regente e Segundo Professor”, as autoras refletem acerca das interações e práticas pedagógicas que ocorrem no âmbito da docência compartilhada entre um professor regente e um segundo professor. Pensando a respeito das representações sociais sobre o segundo professor, as autoras idealizam essas reflexões no âmbito da inclusão escolar e apontam para a necessidade de uma (re)construção da imagem do papel colaborativo docente desempenhado no âmbito da sala de aula.

Por fim, no sétimo capítulo, intitulado “Empreendedorismo Social: a contribuição da Pedagogia Empreendedora”, os autores tiveram como principal objetivo compreender de que maneira a pedagogia empreendedora pode contribuir para o Empreendedorismo Social, tendo em vista o acesso tardio à educação formal do empreendedor brasileiro, especialmente das empreendedoras negras. De caráter exploratório, através do método qualitativo de análise de dados, o estudo ressalta a questão de que raça e gênero são fatores excludentes. Ademais, no manuscrito aponta-se para a importância do

Empreendedorismo Social como algo que pode atuar em prol da superação dessas barreiras, no âmbito geral do empreendedorismo.

Compreendemos que, por meio da apresentação desses estudos, poder-se-á dizer que a presente obra traz contribuições significativas para o campo da educação, principalmente tendo em vista a pluralidade de enfoques e os diferentes olhares que esses estudos trazem a respeito de distintos âmbitos sociopolíticos contemporâneos. Ao leitor desejamos uma excelente leitura e que essas obras venham a trazer reflexões que se entrelaçam por meio de distintos percursos de contemplação, descobertas e aprendizagens.

**Organizadores**



**INCLUSÃO ESCOLAR: INTERAÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA  
DOCÊNCIA COMPARTILHADA ENTRE PROFESSOR REGENTE E SEGUNDO  
PROFESSOR**

**INCLUSIÓN ESCOLAR: INTERACCIONES Y PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS EN  
LA ENSEÑANZA COMPARTIDAS ENTRE MAESTRO REGENTE Y SEGUNDO  
MAESTRO**

**Natália Silveira Lima**

Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS. Especialização em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/UNESP. Graduação em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Membro do Grupo de Pesquisa: desenvolvimento humano, cultura e educação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Professora de Educação Especial da Rede Municipal de Concórdia/SC. e-mail: natilima1973@gmail.com

**Lísia Regina Ferreira**

Doutorado em Psicologia da Educação na PUC-SP. Mestrado em Psicologia pela PUC-RS. Graduação em Psicologia pela Universidade TUIUTI-PR. Professora de Ensino Superior na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó - SC. Líder do Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Humano, Cultura e Educação. email: lisia.ferreira@uffs.edu.br

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca das interações e práticas pedagógicas na docência compartilhada entre professor regente e segundo professor, no processo de inclusão escolar. Esta temática é resultante de uma pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado em Educação – PPGE/ UFFS, a qual buscou identificar e analisar a formação de representações sociais de professores regentes, sobre o trabalho do segundo professor. Participaram da pesquisa 15 professores regentes que responderam a uma entrevista semiestruturada. A pesquisa foi enviada ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, sendo aprovada com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 62445416.0.0000.5564 e parecer nº 3.263.628. A Teoria das Representações Sociais - TRS foi utilizada como referencial teórico-metodológico contribuindo na identificação e análise dos processos de formação de representações sociais. Os dados foram analisados mediante uma Análise Lexical de Classificação Hierárquica Descendente. Os resultados apontaram que o imaginário dos professores regentes está permeado por ancoragens que dotam o segundo professor de condições de controle, auxílio e cuidados dos educandos com deficiência.

**Palavras-chave:** Inclusão Escolar; Professor Regente; Segundo Professor; Docência Compartilhada.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar algunas reflexiones sobre las interacciones y prácticas pedagógicas en la enseñanza compartidas entre el maestro director y el segundo maestro, en el proceso de inclusión escolar. Este tema es el resultado de una investigación desarrollada en el curso de Maestría en Educación - PPGE / UFFS, que buscó identificar y analizar la formación de representaciones sociales de los principales docentes, sobre el trabajo del segundo docente. Quince profesores directores participaron en la investigación y respondieron a una entrevista semiestructurada. La investigación fue enviada al Comité de Ética en Investigación en Humanos de la Universidad Federal de Fronteira Sul - UFFS, siendo aprobada con el Certificado de Presentación para Valoración Ética 62445416.0.0000.5564 y número de opinión 3.2663.628. Se utilizó la Teoría de las Representaciones Sociales - TRS como marco teórico-metodológico, contribuyendo a la identificación y análisis de los procesos de formación de las representaciones sociales. Los datos fueron analizados mediante un Análisis Léxico de Clasificación Jerárquica Descendente. Los resultados mostraron que el imaginario de los docentes directores está permeado por anclas que dotan al segundo docente de condiciones de control, ayuda y atención al alumnado con discapacidad.

**Palabras clave:** Inclusión escolar, Profesor regente, Segundo profesor y Enseñanza compartida.

## INTRODUÇÃO

A educação de pessoas com deficiência foi se definindo no transcorrer da história, na medida em que foram evoluindo os serviços e concepções acerca da Educação Especial, passando pelas abordagens clínico-médico, assistencialista, integracionista até chegar aos dias atuais com a abordagem inclusiva.

Atualmente, a Educação Inclusiva constitui um novo paradigma educacional, o qual tem desafiado os sistemas de ensino, as escolas e, principalmente os professores, a darem respostas à nova realidade do contexto escolar, reivindicando ações educativas que atendam de maneira eficaz à diversidade de todos os educandos.

Rodrigues (2008, p.11), aborda esta temática, descrevendo que:

Na verdade, a escola não foi pensada para atender à heterogeneidade. Toda a estrutura e funcionamento da escola regular é mais confortável ao considerar a homogeneidade do que com a diferença entre os alunos. Mas o que é certo é que a heterogeneidade é cada vez maior nas nossas escolas e a premência de lhe dar uma resposta de sucesso é também cada vez mais inadiável.

A política brasileira de inclusão escolar, estabelece o direito de todos os educandos ao acesso e permanência na escola, tendo respeitadas as diferentes formas de constituição humana, de estilos e ritmos de aprendizagem.

Para que todos os educandos possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que a escola regular aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Para tanto, faz-se necessário refletir sobre a organização de muitas escolas, bem como das práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da sala de aula, as quais muitas vezes padronizam metodologias, ritmos e estilos de aprendizagem, onde o normal é ser igual.

No processo de inclusão escolar, os professores são agentes fundamentais, por isto é importante que estes participem ativamente, recebendo formação continuada, conhecimentos e assessoramento específicos na área da educação especial, inclusão e sobretudo das características e potencialidades dos educandos com deficiência.

Considerando os limites dos sistemas educativos e da formação pedagógica para atenderem as demandas da inclusão escolar de educandos com deficiência, dá-se lugar a um novo profissional na sala de aula, o Segundo Professor.

Diante deste cenário, o Estado de Santa Catarina, no âmbito da Educação, instituiu por meio de dispositivos legais, a função do Segundo Professor de Turma. De acordo com a Lei 17.143/2017 o segundo professor é definido como o profissional da

área de educação especial que acompanha e atua de forma conjunta com o professor titular em sala de aula, com o objetivo de atender aos educandos que possuem deficiência que estão matriculados na educação básica regular das escolas públicas de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2017).

A atuação do segundo professor pode representar um avanço no trabalho pedagógico na perspectiva da inclusão, na medida em que atua de forma conjunta e compartilhada na regência de turma onde tenha a matrícula de educandos com deficiência. Nesta perspectiva, o segundo professor torna-se um recurso da escola, do professor regente e da turma, trabalhando com seus pares, ajudando-os a desenvolver estratégias e atividades, priorizando o trabalho em parceria dentro da sala de aula, dirigindo a atenção para todo o grupo e não apenas para um educando específico (SÁNCHEZ, 2012).

No entanto, a atuação deste profissional, pode caracterizar-se excludente, na medida em que priorizar sua atenção exclusivamente ao educando com deficiência, tornando-o um sujeito à parte na sala de aula, dando ênfase a sua condição de deficiência, em detrimento de suas possibilidades enquanto aprendiz. Prática esta, fundamentada no modelo clínico-médico da educação especial (BEYER, 2006). Desta forma, para garantir uma prática pedagógica inclusiva, é fundamental que o segundo professor tenha conhecimentos e clareza sobre o seu papel diante da inclusão escolar.

A necessidade de mudanças na atuação pedagógica inclusiva pressupõe novos posicionamentos e novas possibilidades de docência, dentre elas a docência compartilhada. Esta nova forma de atuação precisa se tornar uma prática conhecida, familiar, estruturada e principalmente assimilada por parte dos professores. Por isso evocar a temática da docência compartilhada, debater e compartilhar ideias, contribui para os processos de mudança e assimilação desta nova prática docente, pois é através destes intercâmbios comunicativos, estabelecidos nos e entre os grupos de professores, que irão emergir as compreensões e os sentidos atribuídos ao trabalho do segundo professor, de modo a ser assimilado e posto em prática no cotidiano escolar.

Diante deste contexto desafiante proposto pelo paradigma da inclusão, a Teoria das Representações Sociais - TRS constitui-se em um referencial teórico-metodológico fundamental para a descrição e explicação dos fenômenos presentes na relação dos professores envolvidos na docência compartilhada, pois o fazer pedagógico desenvolvido pelo professor regente e o segundo professor não é apenas um trabalho no campo da atuação de dois professores, mas também um objeto de representação social. Essas representações afetam as relações entre os professores nela envolvidos, gerando

expectativas, dúvidas, resistências e diferentes posicionamentos sobre o fazer pedagógico neste contexto.

Destarte, procuramos neste artigo, desenvolver algumas reflexões acerca das interações e práticas pedagógicas desenvolvidas entre o professor regente e o segundo professor frente a inclusão escolar de educandos com deficiência, contribuindo com o debate, as reflexões e a formação de professores envolvidos com a proposição de uma prática pedagógica compartilhada e inclusiva.

## TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A TRS é uma teoria psicossocial, por meio da qual procura-se compreender como os sujeitos, inserido num grupo, e como o próprio grupo chegam ao conhecimento, ou seja, como os sujeitos formam conceitos, ideias, valores e representações sobre os objetos e qual a relação destes com a realidade (MOSCOVICI, 2003).

Uma das finalidades da TRS é tornar familiar aquilo que é não-familiar, ou seja, tornar conhecido algo até então desconhecido, classificar e nomear novos conhecimentos, fenômenos e ideias a partir de práticas, conhecimentos, valores e teorias já existentes e assimilados.

A esses processos, Moscovici (2003) denomina de “objetivação e ancoragem” e, destaca que os mesmos se desenvolvem de forma contínua, concomitantes e inter-relacionados, constituindo e dando sentido à representação social. O autor apresenta a “objetivação e a ancoragem” como processos sociocognitivos que estão na formação e sustentação das representações sociais.

Trata-se, portanto, da possibilidade de tornar os conhecimentos em algo prático, adequado à vida cotidiana e social, ou seja, compreender como a produção de conhecimentos plurais constitui e reforça a identidade dos grupos, como influi em suas práticas e como estas reconstituem seu pensamento, produzindo uma visão comum sobre as coisas, o mundo e a realidade. Por isso, é importante que se dê de forma comunicativa, através dos discursos e dos sentidos que este contém. Assim, verifica-se que as representações sociais, enquanto forma de pensamento social prático, são veiculadas e manifestadas no cotidiano por meio dos discursos, atitudes, comportamentos e práticas sociais.

O processo de “objetivação” tem como proposição objetivar ideias, isto é, transformar aquilo que está na mente (abstrato) em algo que exista no mundo físico (concreto). É dar um sentido icônico a uma ideia. A objetivação trata da organização dos elementos que constituem as representações e ao percurso por meio do qual estes

elementos se materializam e se constituem expressões de uma realidade pensada como natural. Para tanto, o processo de objetivação envolve três momentos que ocorrem simultaneamente: a construção seletiva, a esquematização e a naturalização (MOSCOVICI, 2003).

A Construção Seletiva refere-se ao momento em que a “as informações, crenças e ideias acerca do objeto da representação sofrem um processo de seleção e descontextualização [...] implicando que apenas uma parte da informação disponível sobre o objeto seja útil” (VALA, 2006, p. 465-466).

A Esquematização corresponde “à organização dos elementos que constituem a representação, ou seja, a sua esquematização estruturante” (MOSCOVICI apud VALA, 2006, p. 466). Conforme o autor, as noções básicas e as relações entre conceitos, que constituem uma representação, se encontram organizadas de forma a constituírem um padrão de relações estruturadas denominadas de Esquema ou Nó Figurativo, onde cada elemento de sentido se atribui uma imagem correspondente, possibilitando assim, a materialização de um conceito ou de uma palavra.

A Naturalização é o processo em que os conceitos retidos no esquema figurativo e as suas relações se constituem em categorias naturais e adquirem materialidade (VALA, 2006). Para Nova e Machado (2014) é no processo de naturalização que esses elementos são apropriados pelos sujeitos e as imagens passam a fazer parte da realidade e do senso comum.

Como resumo ao processo de objetivação, Vala descreve:

O processo de objetivação consiste, assim, em identificar os elementos que dão sentido a um objeto, a sua seleção de um conjunto mais vasto de conceitos, as relações entre estes conceitos (reconstrução de um esquema), a sua figuração e as modalidades que assume a sua naturalização (VALA, 2006, p. 467).

O processo de “ancoragem” é um mecanismo que procura ancorar ideias não-familiares, reduzindo-as a categorias e a imagens comuns e familiares. Esse processo refere-se ao fato de que, qualquer construção ou relação com um novo objeto ou informação, requer pontos de referências, experiências e pensamentos já adquiridos e estabelecidos (VALA, 2006). Assim, o ato de ancorar, nos remete ao ato de reapresentar, um meio de transferir o que nos é perturbador e ameaçador, do exterior para o interior, do desconhecido para algo próximo. Essa transferência é efetivada pela separação de conceitos e percepções interligados, onde o incomum se torna comum, onde o desconhecido se inclui numa categoria já conhecida (MOSCOVICI, 2003).

A ancoragem dá suporte ao processo de formação de representações sociais, na medida em que estas resultam sempre de um esforço de tornar comum e real algo que até então era incomum. Para tanto fazemos uma série de ajustes, tornando concreto, aquilo que parecia ser abstrato. Nesse processo de ancoragem, as imagens, ideias, conhecimentos e categorias com os quais compreendemos o não-familiar, trazem-nos de volta ao que já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados, dando-nos, assim, uma impressão segura de algo já visto e conhecido.

Podemos observar que o processo de formação de representações sociais é complexo e se faz inscrito dentro de um referencial de ideias e conhecimentos já existentes. Conforme descreve Moscovici,

As representações sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um “referencial de um pensamento preexistente”; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência. Elas são, sobretudo, o objeto de um permanente trabalho social, no e através do discurso, de tal modo que cada novo fenômeno pode sempre ser reincorporado dentro de modelos explicativos e justificativos que são familiares e, conseqüentemente, aceitáveis (MOSCOVICI, 2003, p. 216).

Assim, temos a TRS como referencial para a identificação e análise dos processos de objetivação e ancoragem presentes na formação de representações sociais de professores regentes, sobre o trabalho do segundo professor.

## **INTERAÇÕES E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA DOCÊNCIA COMPARTILHADA ENTRE PROFESSOR REGENTE E SEGUNDO PROFESSOR**

O texto que segue apresentará as análises desenvolvidas sobre a categoria “interações e práticas pedagógicas na docência compartilhada entre professor regente e segundo professor na inclusão escolar”, resultante de uma pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado em Educação – PPGE/ UFFS, campus Chapecó. Estas análises têm como objetivo proporcionar o debate e a reflexão acerca da interação e do trabalho pedagógico desenvolvido entre professor regente e segundo professor e as representações construídas nas relações entre estes profissionais.

A partir da análise das entrevistas realizadas com 15 professores regentes, foi possível observar que, anterior a implementação da função do Segundo Professor de Turma, o trabalho pedagógico junto aos educandos com deficiência era considerado um trabalho muito difícil de ser realizado, pois os professores regentes não tinham

conhecimento de como trabalhar, considerando as necessidades educacionais desses educandos.

Antes dessa política eu trabalhei com um aluno com deficiência e eu achei bem ruim, bem complicado, porque ele não conseguia. A gente percebia que ele tinha uma deficiência. Então algumas vezes eu fui relapsa não dando atividades que ele poderia fazer. Na época a gente excluía, ele ficava à parte. É uma falha que a gente tem, mas era pela falta de conhecimento, a gente não sabia como trabalhar (professor 03).

Carente da formação específica, o professor fica ancorado àqueles conhecimentos que têm origem na sua história pessoal e social, na sua subjetividade, suas crenças, forjadas no âmbito de seus grupos de pertença e na cultura, sendo esses saberes incorporados ao trabalho por meio de mecanismos sociais (CUNHA, 2015). Assim, muitas vezes o professor, por desconhecimento ou ancorado numa história e cultura escolar excludente, projeta um olhar discriminatório ao educando com deficiência.

Os saberes necessários para uma prática pedagógica inclusiva nem sempre são garantidos aos professores nos processos de formação inicial, devendo, no entanto, serem garantidos nos processos de formação continuada. É importante, que essa formação trate com solidez os aspectos gerais que permeiam a Educação Especial permitindo que os educadores percebam, na sua prática de docência, as necessidades especiais de seus alunos, assim como compreendam a educação inclusiva a partir de um olhar inclusivo. Dessa forma, poderão contribuir para uma prática pedagógica que considera as contingências e as possibilidades de melhora no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, tendo em vista que este aspecto é a função principal da docência (PINHEIRO, 2010).

A partir da chegada do segundo professor, o trabalho junto ao educando com deficiência, passa a ser considerado pelo professor regente, um trabalho mais tranquilo, possível de ser realizado e com menos dificuldades. O cenário caótico, até então figurado, torna-se mais harmonioso e controlado através da atuação desse profissional, que possibilitará um auxílio e uma atenção específica ao educando com deficiência na realização das atividades pedagógicas e de necessidades diárias.

Agora que tem o segundo professor mudou muita coisa. E penso que tenha que ter o segundo professor para trabalhar com a criança, porque quando o aluno tem esse apoio ao lado, ele faz as coisas, porque esse professor está puxando e cobrando as atividades (professor 11).

Apesar de reconhecerem a importância e a necessidade de ter o segundo professor para auxiliar no contexto de sala de aula, os professores regentes percebem o

trabalho do segundo professor como um trabalho inexperiente, sem preparação e sem conhecimento, tanto na área da docência, como também em relação às suas atribuições e funções. Esta análise pode ser observada nas falas dos Professores 02 e 08,

Se os professores tivessem mais tempo de experiência nesta prática, talvez seria mais possível uma integração. Mas até então, o que eu tenho vivido é a falta de experiência, de conhecimento e a individualização do trabalho (professor 02).

Vi experiências em que o segundo professor ficava um pouco mais reservado e acabava passando aquela impressão de que não queria se envolver muito com os outros alunos. Preferia ficar com o seu aluno. (professor 08).

A falta de conhecimento e experiência no âmbito da inclusão de educandos com deficiência, justifica uma prática pedagógica individualizada por parte do segundo professor, voltada para o auxílio específico e cuidados junto ao educando com deficiência, demandando pouco envolvimento e responsabilidades para com a turma no geral.

Essa prática ancora-se nos modelos assistencialista e médico-terapêutico da Educação Especial, os quais tiveram forte influência no início dos trabalhos e atendimentos voltados às pessoas com deficiência. No modelo médico-terapêutico as categorias clínicas e terapêuticas se sobrepõem às pedagógicas. A estas práticas pedagógicas cabe a tarefa de atenção e correção das áreas prejudicadas através de procedimentos curativos, educativos e terapêuticos (BEYER, 2006).

Perceber o trabalho do segundo professor ancorado neste modelo é uma forma de torná-lo familiar, de incluí-lo numa categoria de “imagem comum” (MOSCOVICI, 2003), historicamente construída ao longo da educação das pessoas com deficiência, possibilitando a atribuição de sentidos para a compreensão desse trabalho e para a condução da sua prática.

O fato de existirem legislações específicas e normatizações que definem e orientam o trabalho do segundo professor e suas funções como um trabalho pedagógico que deve acontecer de forma conjunta na sua regência, não garante que esses professores acessem e se apropriem desse conhecimento, de modo a colocá-los, de forma imediata, em prática. Destarte, não há como esperar que a experiência de docência compartilhada tenha sucesso apenas porque há uma legislação que a institui. Conforme Moscovici (2003) não é fácil transformar ideias, fatos e práticas não familiares em ideias, fatos e práticas usuais, próximas e atuais. É necessário, primeiro, dar-lhes uma feição familiar, identificando pontos de ancoragens, reduzindo-as a categorias e a imagens comuns, colocando-as em um contexto familiar.

Outro elemento apontado pela análise das entrevistas refere-se a diferenciação do trabalho do professor regente e o trabalho do segundo professor. A maioria dos professores regentes entrevistados difere o seu trabalho do trabalho do segundo professor, destacando que, ao professor regente cabe a responsabilidade do trabalho junto à turma toda e ao segundo professor cabe o atendimento mais individualizado junto ao aluno com deficiência.

Eu percebo que, ainda, existe muito o segundo professor como cuidador. É mais cuidador do que professor, porque as crianças têm essa necessidade. Precisam primeiro do cuidador e depois do professor (professor 07).

O professor regente tem uma responsabilidade de trabalhar tudo, de dar conta das seis disciplinas e de todas as crianças. Corrigir provas, planejar, olhar caderno, comportamento, socialização. Penso que o segundo professor vai direcionar o olhar dele para aquela criança (professor 10).

Os relatos demonstram que os professores regentes percebem o trabalho do segundo professor como um trabalho de auxiliar, de cuidador, direcionado ao atendimento individualizado do educando com deficiência. Nesse sentido, para o segundo professor e para o educando com deficiência, são organizados lugares e trabalhos diferenciados no espaço da sala de aula, fazendo com que o modelo da escola tradicional não seja mexido e nem colocado em conflito. Dessa forma, reproduz-se um trabalho de segregação e de cuidados que ainda se faz presente na memória dos professores e que justifica as práticas pedagógicas individualizadas e dicotomizadas (especial x regular). Assim, o segundo professor pouco ou nada modifica no educando enquanto um sujeito aprendiz, pois seu papel é de zelo, controle, vigilância e adaptação do educando à realidade escolar.

A partir dessa visão, o segundo professor é percebido como uma pessoa que possui características especiais, como ser cuidadoso, atencioso e paciente. Os atributos selecionados para a construção desta imagem são constituídos de uma visão emocional, afetiva e cuidadosa. Essa seleção implica na constituição de um esquema figurativo que representa o segundo professor como um profissional auxiliar, cuidadoso e especial, representando uma imagem romântica e ingênua desse professor. Essa representação de professor especial está ancorada na contextualização histórica do atendimento às pessoas com deficiência, onde os princípios de caridade e amor ao próximo permeavam os serviços institucionalizados, voltados para o atendimento específico dessas pessoas.

No Brasil, a educação especial caminhou de uma fase inicialmente assistencial, a qual, sob um olhar de caridade, visava o bem-estar da pessoa com deficiência, para uma

fase médica – clínica e terapêutica, a qual priorizava os aspectos médicos e psicológicos (FERREIRA, 1995; MANTOAN, 2002; BEYER, 2006).

No entanto, a complexidade que constitui o contexto da escola e da sala de aula, a partir da perspectiva da educação inclusiva, requer um professor com intencionalidade pedagógica e comprometido com o planejamento pedagógico, com os processos de aprendizagem dos educandos e que domine os conhecimentos pertencentes a educação de pessoas com deficiência, assim como, os conhecimentos curriculares trabalhados no contexto de sala de aula.

Os elementos descritos a seguir fazem referência às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores regentes e segundos professores no contexto da sala de aula. Referem-se, ainda, ao planejamento pedagógico, às adaptações das atividades e como acontece a interação entre os professores nesses processos.

As falas analisadas revelam que, para alguns professores, a prática pedagógica desenvolvida pelos professores regentes e segundos professores, ainda acontece de forma fragmentada, assim como o planejamento e a seleção dos conteúdos e das atividades a serem desenvolvidas. Sendo que ao professor regente cabe a seleção e organização dos conteúdos, o planejamento das atividades e a intervenção junto aos educandos que não apresentam deficiência e, ao segundo professor, cabe a adaptação destes conteúdos e das atividades a serem desenvolvidas com os educandos que possuem deficiência.

Eu tenho que organizar os meus conteúdos, os meus conhecimentos, o que vou desenvolver com a turma. O meu planejamento se dá um pouco distante da segunda professora, não sei se por minha culpa ou talvez dela também. Teria que ter tido um planejamento mais junto, ela teria que ter visto mais comigo, por exemplo: Professora o que você vai trabalhar agora? (professor 01).

Eu digo para minha segunda professora que vamos trabalhar sobre a água, e ela vai procurar as atividades sobre a água que são possíveis para aquela criança desenvolver. Então nós não sentamos uma do lado da outra para combinar o que uma ou outra vai fazer, eu deixo ela buscar com autonomia (professor 10).

Outros professores relatam uma perspectiva pedagógica diferenciada da fragmentação e da diferenciação do trabalho pedagógico. Para estes, a prática pedagógica, no contexto da sala de aula, deve acontecer de forma compartilhada, com o envolvimento dos dois professores, tanto nos processos de atuação, como também de planejamento e adaptação das atividades para todos os educandos.

Sobre a prática pedagógica, sempre foi bem positivo o trabalho com essa segunda professora. A gente antecipa o planejamento, eu repasso para ela o meu planejamento antecipado, para que ela possa organizar os materiais, a metodologia e os jogos. A gente, por várias vezes, conseguiu sentar juntas e planejar, ver como o aluno está se desenvolvendo e as atividades que estão dando certo. Então, no planejamento você tem que estar envolvendo os outros professores também. Juntas, eu e a segunda professora, tínhamos que dar conta de pensar e planejar algo juntas (professor 05).

A nossa prática pedagógica se dá numa relação de parceria sendo que temos duas horas atividades juntas e isso facilita. Sempre falamos do conteúdo a ser trabalhado semanalmente. (professor 15)

É nesse contexto de relações colaborativas que se configura a perspectiva da docência compartilhada. São encontros de saberes, fazeres, reflexões, metodologias, estratégias e recursos, por meio dos quais os professores se constituem sujeitos coletivos. A docência compartilhada nessa perspectiva caracteriza-se como um momento de diálogo, de troca entre os professores envolvidos, considerando os diferentes conhecimentos e experiências adquiridos no mundo plural e heterogêneo da sala de aula (SANTOS, 2007, apud JESUS; EFFGEN, 2012).

O desafio de trabalhar em contextos de inclusão escolar requer dos professores regentes e segundos professores, uma relação de equipe e trabalho colaborativo, por meio do compartilhamento de experiências, na busca de soluções, metodologias e estratégias criativas para lidar com as diferenças no contexto de sala de aula. Para tanto, o planejamento dos professores precisa estar voltado às práticas inclusivas que objetivam eliminar as barreiras de aprendizagem e interação. As ações e as práticas para desenvolver um ensino inclusivo, requer dos professores envolvidos, adaptações no planejamento, de modo que possibilite a participação dos educandos com ou sem deficiência, proporcionando a interação e a aprendizagem de todos os educandos (SOARES; JAVORNIK; LOSS, 2019).

Essa compreensão requer professores teoricamente embasados para fundamentar suas escolhas e decisões metodológicas e pedagógicas. Esses saberes nem sempre são garantidos aos professores nos processos de formação inicial, por isso, é muito importante o investimento nos processos de formação continuada, que trate com solidez os aspectos gerais que permeiam a inclusão escolar, possibilitando que os professores percebam, na sua prática de docência, as necessidades especiais de seus alunos, assim como compreendam a educação a partir de um olhar inclusivo.

Diante destas considerações, Soares, Javornik e Loss (2019) destacam a importância de formar profissionais da educação conscientes de seu papel diante da atual realidade educacional. Professores reflexivos que questionem se, suas práticas

educativas estão segregando/excluindo alguns educandos ou, se estão proporcionando a inclusão, ou seja, se suas práticas, de fato, contemplam as diferentes necessidades explicitadas na sala de aula.

Na docência compartilhada, é fundamental considerar e valorizar a especificidade e a relevância do trabalho de cada professor na totalidade do trabalho pedagógico, superando, dessa forma, a prática de um trabalho pedagógico fragmentado, descontextualizado e dicotomizado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo, buscaram estabelecer relações e considerações sobre as percepções e os sentidos que são atribuídos ao trabalho do segundo professor por parte dos professores regentes, apresentando as ancoragens e objetivções que estão na formação de suas representações.

À luz da TRS foi possível compreender o trabalho do segundo professor como uma atividade que agrega uma valoração social constituída no contexto das interações e das práticas pedagógicas cotidianas. A inserção do segundo professor no contexto educacional permeado de tensões e de relações de forças, que procuram construir identidades coletivas, permitiu apreender o movimento de readaptação e reconstrução deste contexto e da prática pedagógica cotidiana, visando atender às demandas da inclusão escolar.

Dados importantes apontaram para possibilidades de mudanças de representações a partir da relação, da vivência e interação entre os professores envolvidos na docência compartilhada, fato que contribui de forma positiva para o trabalho pedagógica junto aos educandos com deficiência e também para a revisão e reflexão das formas como esse trabalho vem sendo desenvolvido e compreendido.

Considerando que a atuação do segundo professor ainda é uma prática recente, percebemos que as imagens sobre este professor não estão totalmente definidas, ora sendo visto como cuidador, ora como apoiador.

A percepção e a compreensão sobre o trabalho do segundo professor, sobre suas interações na relação pedagógica, na relação com aluno e na relação com o contexto escolar ainda estão em formação, pois existe um misto de crenças, opiniões e imagens que são compartilhadas, sendo algumas naturalizadas pelos contextos de exclusão e outras envolvidas nos discursos inclusivos.

O imaginário dos professores regentes está permeado por ancoragens que dotam o segundo professor de condições de controle, vigilância, auxílio e cuidados dos

educandos com deficiência. Estas ancoragens constituem-se formas de proteção e manutenção de uma representação de professor regente que está cristalizada, sendo este professor constituído de um poder e detentor do saber e do trabalho pedagógico que se constrói e se faz de forma isolada. Nesta perspectiva, apontamos para a necessidade do debate e da construção de uma prática escolar colaborativa, onde a ideia de equipe e de grupo se faz presente nos momentos de reflexões sobre os processos de inclusão, assim como, na prática inclusiva e partilhada da sala de aula.

Diante dos desafios da inclusão escolar, é preciso considerar a formação de representações pelos professores regentes a respeito do trabalho do segundo professor, pois estas representações se materializam nas práticas docentes, contribuindo para a efetivação de uma docência compartilhada, ou então, segregada, uma vez que as representações constituem-se em um saber efetivamente praticado, percebido em comportamentos, comunicações e práticas que ocorrem sistematicamente nos grupos sociais.

Esta pesquisa buscou, ao analisar a construção de representações sociais sobre o trabalho do segundo professor, contribuir para a reflexão sobre as práticas pedagógicas frente a inclusão escolar de educandos com deficiência. Como é recente a contratação deste profissional na rede pública de ensino, a pesquisa e a produção de conhecimento científico sobre esta temática é escassa. Por isso, os resultados desta pesquisa poderão oferecer subsídios para formação continuada de profissionais que atuam com processos de ensino e aprendizagem de educandos com deficiência.

## REFERÊNCIAS

- BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: mediação, 2006.
- CUNHA, Antônio Eugênio. **Representações sociais de professores acerca da inclusão escolar: elementos para uma discussão das práticas de ensino** (Tese de Doutorado). Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2015.
- FERREIRA, Júlio Romero. **A Exclusão da Diferença**. Piracicaba: UNIMEP, 1995.
- JESUS, Denise M. de; EFFGEN, Ariadna Pereira S. Formação docente e práticas pedagógicas: conexões, possibilidades e tensões. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão (org.). **O professor e a Educação Inclusiva: formação, práticas e lugares** (p.p. 17-24). Salvador, BA: EDUFBA, 2012.
- MANTOAN, Maria Teresa E. A Educação Especial no Brasil: da exclusão à Inclusão Escolar. **Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED**, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2002. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>. Acesso em: 07 dez. 2019.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis:Vozes, 2003.
- NOVA, Taynah de Brito B.; MACHADO, Laêda Bezerra. O processo de objetivação nas representações sociais de escola para crianças. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, MS, n. 38, p. 93-106, jul./dez. 2014
- PINHEIRO, Ana Paula. R. **Formação de professores para inclusão de pessoas com necessidades especiais: o caso de cursos de licenciatura da UFRB**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa/BA, 2010.
- RODRIGUES, David. Desenvolver a Educação Inclusiva - Dimensões do desenvolvimento profissional. **Inclusão - Revista de Educação Especial**. v.4. n.2 - Brasília: Secretaria de Educação Especial, Julho/Octubre 2008.
- SÁNCHEZ, Isabel. Em busca de indicadores de educação inclusiva: práticas de colaboração do professor de apoio educativo com o professor da turma que “inclui” alunos considerados com necessidades educacionais especiais. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v.19, n. 1, p. 102-120, jan./jun. 2012.
- SANTA CATARINA. **LEI N. 17.143, DE 15 DE MAIO DE 2017**. Dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17143\\_2017\\_lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17143_2017_lei.html). Acesso em: 23 jun. 2017.

SOARES, Naiara Greice; JAVORNIK, Guacira de Ávila; LOSS, Adriana Salette. Ações e Práticas de Ensino Inclusivas: Desafios da formação docente. In: ZIESMANN, Cleusa Inês; BATISTA, Jeize de Fátima; LEPKE, Sonize (org). **Formação Humana, Práticas Pedagógicas e Educação Inclusiva**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

VALA, Jorge. Representações Sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta (org.). **Psicologia Social**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.